



RESOLUÇÃO Nº. 007/2017

EMENTA: Dispõe sobre o Parecer Prévio do **Processo TC nº. 15100082-7**, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências.

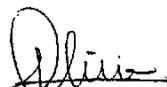
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI-PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal, Constituições Estadual e Federal, faz saber que a Câmara **APROVOU** a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º - Fica **APROVADO** o **PARECER PRÉVIO** do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, emitido em 01/06/2017, referente ao **PROCESSO TC nº. 15100082-7**, publicado no Diário Eletrônico do TCE no dia 07/06/2016, que recomenda a **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS**, das Contas da Prefeita, Sr^a. Celina Tenório de Brito Maciel, concernente ao exercício financeiro de 2014 (dois mil e quatorze).

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jupi, em 17 de novembro de 2017.


Lédson Lins de Oliveira -
Presidente





COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Legislação e Justiça, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Resolução nº. 007/2017**, autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre o Parecer Prévio do **Processo TC nº. 15100082-7**, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências”.

RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do Projeto que trata da prestação de contas de Governo da Prefeita do Município de Jupi/PE, Celina Tenório de Brito Maciel, relativa ao exercício financeiro de 2014, apresentada por meio do sistema eletrônico do TCE/PE, em atendimento à Resolução TC nº 11/2014 – que disciplina a implantação da modalidade processual – prestação de contas em meio eletrônico e dispõe sobre a forma de envio das prestações de contas anuais de Governo e de Gestão.

VOTO DO RELATOR

Consta no relatório de auditoria que a parte interessada apresentou defesa escrita, em relação às falhas e irregularidades apontadas neste processo, cujas notificações relatam diversos elementos que remetem à recomendações técnicas e norteadoras que, nem absorvem nem condenam, transformando-se, assim, numa decisão final de natureza eficaz e apassivadora devido à inexistência de aspectos graves que tangessem a uma possível condenação.

As consideradas irregularidades encontradas configuram-se em falhas de execução de despesas em montante superior às receitas arrecadadas; extrapolção de percentuais em créditos adicionais; deficiência no processo de execução do orçamento, em contraponto ao disposto na LRF; ausência de mecanismos de arrecadação e cobrança de tributos; receita tributária do município abaixo da média; incremento do passivo não circulante oriundo de débitos junto ao RGPS; Falta de prestação de contas dos programas e projetos; ausência de notas explicativas nos demonstrativos contábeis; descumprimento de prazos de envio; desobediência às normas legais sobre a transparência na gestão fiscal e no serviço de informação aos cidadãos; desrespeito aos prazos estabelecidos para o envio de diversas informações, enfim... uma sequência de fatos que caracterizam situações desvirtuosas à gestora, entretanto, vale ressaltar que, dos tão citados erros, chega-se à decisão final ressaltando-se todo o mérito dos escritos contidos na presente peça, resultando apenas na importância aos considerandos, ainda com muita sorte, pois, tais recomendações estendeu-se até aos possíveis sucessores.



Atinando para as várias recomendações e pela decisão do Douto Julgador deste Processo, determinando a formalização de um Processo de Auditoria especial, neste caso, já formalizado com o nº 1604009-0 que permite uma análise posterior, fica, desta forma, apenas os limites analisados com todos os cumprimentos legais, sem máculas nem penalidades, optando pela emissão do parecer prévio, recomendando a este Poder Legislativo a Aprovação com ressalvas, das Contas da Ex-prefeita, Sra. Celina Tenório de Brito Maciel, relativas ao exercício financeiro de 2014 e, na condição de Relator desta Comissão, assim o faço, recomendando aos demais membros desta Casa que também o acolha, obedecendo a determinação do TCE – Egrégia Côrte de Contas deste Estado, que assim decidiu.

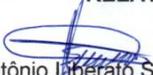
Pela Aprovação do Parecer.

É o voto.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 16 de novembro de 2017.


Paulo César Cordeiro Vilela (F)
PRESIDENTE


Antônio Pedro da Silva (F)
RELATOR


Antônio Liberato Sobrinho (F)
VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Resolução N° 007 de 2017 (do Poder Legislativo) – “Dispõe sobre o Parecer do Processo TC nº 15100082-7, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências.

I – Relatório

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, remeteu a Câmara Municipal de Jupi, cumprindo as formalidades regimentais, a Prestação de Contas da ex- Prefeita Celina Tenório de Brito Maciel para as devidas análises do Poder Legislativo.

II – Análise

Pela Constituição Federal e Estadual o Poder Legislativo tem competência para arguir, analisar e emitir parecer sobre as contas do Executivo desde que fundamente suas decisões. Desta forma percebemos algumas irregularidades nas contas como aponta (doc.55) e folha 01 do inteiro teor do relatório. Destaco que mesmo identificando as irregularidades, O TCE de Pernambuco recomenda a aprovação das contas.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal deste Poder, como expõe em suas razões motivadoras.

Quanto ao aspecto legal, o projeto tem amparo pela lei estadual disciplinadora.

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Sala das Sessões 16.de novembro de 2017.

Relator



RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em sessão de 17 de novembro de 2017, vota unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 007 de 2017.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores.

1. Antônio Pedro das Silva
2. Antônio Liberato Sobrinho.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 2017.


Antônio Liberato Sobrinho.


Magno Fernando da Silva



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Resolução nº. 007/2017**, autoria da Mesa Diretora, que "Dispõe sobre o Parecer Prévio do **Processo TC nº. 15100082-7**, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências".

RELATÓRIO

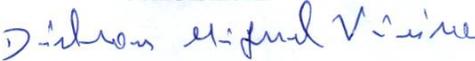
No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado Projeto.

VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado PROJETO, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão a qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 16 de novembro de 2017.


Magno Fernando da Silva (F)
PRESIDENTE


Dielson Miguel Vieira (F)
RELATOR


Jurandir José de Souza (F)
VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

A Comissão de Educação, Cultura e Saúde, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Resolução nº. 007/2017**, autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre o Parecer Prévio do **Processo TC nº. 15100082-7**, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências”.

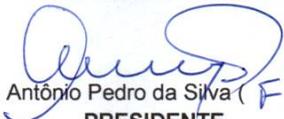
RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado Projeto.

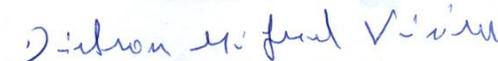
VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado PROJETO, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão a qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 16 de novembro de 2017.


Antônio Pedro da Silva (F)
PRESIDENTE


Antonio Jefferson Ferreira Araujo (F)
RELATOR


Dielson Miguel Vieira (F)
VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário



COMISSÃO DE OBRAS E URBANISMO

A Comissão de Obras e Urbanismo, hoje se reúne para apreciação ao **Projeto de Resolução nº. 007/2017**, autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre o Parecer Prévio do **Processo TC nº. 15100082-7**, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências”.

RELATÓRIO

No prazo regimental, esta comissão permanente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi, recebeu para exame e emissão do necessário parecer do citado Projeto.

VOTO DO RELATOR

Examinando o mencionado PROJETO, acato as alegações constantes no mesmo, considerando-o constitucional, legal, tecnicamente correto e, no mérito, o acolho, razão a qual voto pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

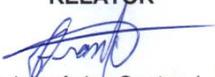
Sala das Comissões da Câmara Municipal de Jupi-PE, em 16 de novembro de 2017.


Jurandir José de Souza (F)

PRESIDENTE


Paulo César Cordeiro Vilela (F)

RELATOR


Joel José dos Santos (F)

VOGAL

OBS: conversão- (F) significa Favorável e (C) Contrário



ATA

8ª Reunião Ordinária

4º Período Legislativo

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Jupi-PE, havendo número legal com a presença de todos os vereadores: **Edson Lins de Oliveira, Paulo César Cordeiro Vilela, Antônio Pedro da Silva, Magno Fernando da Silva, Jurandir José de Souza, Antonio Jeffeton Ferreira Araujo, Dielson Miguel Vieira, Joel José dos Santos e Antônio Liberato Sobrinho.** O Sr. Presidente inicia a reunião às 10:09h, convidando a funcionária da Casa Sr^a. **Maria do Socorro Rodrigues da Silva** para fazer a leitura da ata da reunião anterior, que foi posta para debate e votação, sendo **APROVADA** por unanimidade. Faz a leitura do **Ofício S/N** de 16/11/2017, da Ex-Prefeita Celina Tenório de Brito Maciel, que oficializa o recebimento do **Ofício nº.127/2017**, de 30/10/2017 desta Casa. Na pauta do dia faz-se a leitura do **Projeto de Resolução nº. 007/2017**, de autoria da Mesa Diretora desta Casa, que "Dispõe sobre o Parecer Prévio do Processo TC nº. 15100082-7, referente à Prestação de Contas da Prefeita do Município de Jupi, exercício 2014 (dois mil e quatorze) e dá outras providências". Com todas as Comissões Permanentes favoráveis. Em seguida o Projeto é posto em discussão, fazendo uso da palavra o vereador **Magno Fernando** que faz questão de ler alguns itens da Prestação de Contas e fala do desequilíbrio das contas vivenciadas pelo município na época. Frisa que o Tribunal de Contas do Estado vem recomendando a Casa aprovar as contas da Ex-Prefeita Celina Tenório de Brito Maciel do ano de 2014, mesmo identificando pontos que considerou desequilíbrio total no citado exercício. Frisa que em outra oportunidade o Vereador Antônio Liberato fez questão de anunciar, enquanto tinham partidários da Prefeita na plateia que eu tinha votado numa Prestação de Contas do Ex-Prefeito Florisval Protásio (Vavá) e que nessa Prestação de Contas constava um litro de wisk nas notas correspondentes a Prestação de Contas da Creche.





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI
Casa Zylmíro Guilherme

Relata que Câmara não deveria votar em Prestação de Contas de Prefeito, porque é um voto único e, exclusivamente, político. Para isso temos o Tribunal de Contas que tem perito e já dar seu parecer. Diz que o desequilíbrio das contas da Prestação de Contas da Ex-Prefeita Celina Brito em 2014 foi notório, a dívida do município com relação ao Regime de Previdência só aumentou de 2013 para 2014, pois estamos à beira de um colapso no Regime de Previdência e pensamos nas pessoas que irão se aposentar. Salaria de que forma o município vai pagar e é por isso que temos que cobrar do nosso Prefeito atual a responsabilidade com relação ao Regime de Previdência deste município. O vereador **Antônio Pedro** diz atinar para o que foi levantado na reunião anterior de que se torne imprescindível a questão clara para autonomia das Comissões nos Relatórios para que essa Casa não seja questionada em relação a qualquer parte documental. Logo, apresenta o relatório da Comissão de Legislação e Justiça para que o voto das demais sejam pronunciados, para que se possa proceder a votação. O Sr. Presidente frisa que as demais Comissões deram seus votos favoráveis. Em seguida o referido Projeto de Resolução é posto em votação. Sendo **APROVADO** por unanimidade em única votação. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declara encerrado o primeiro expediente. **SEGUNDO EXPEDIENTE:** O Sr. Presidente frisa que está sendo analisado e revisado o Regimento Interno desta Casa, e para isso foi contratada uma Assessoria Jurídica e logo convida para usar da palavra o **Dr. Fernando Maurício da Costa Campos** que irá se explanar referente à reformulação do Regimento Interno e o mesmo diz da importância da atualização deste Regimento para melhor se trabalhar e se ajustar também às leis já existentes do país. Frisa que para isso só precisa sentar com todos os vereadores e fazer os devidos ajustes para trabalhar regimentalmente. Por ordem dos inscritos, usa da palavra o vereador **ANTÔNIO PEDRO** que cumprimenta a todos e frisa ser um dia de grande importância e faz comentários em relação aos projetos de alta importância que ainda tem na Casa a serem votados como o Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e a alteração do Código Tributário. Temos Projetos de Resolução de vereadores, considerando que dependendo da necessidade, o Poder Executivo



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-20221214134340.pdf>
assinado por: idUser 83



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI
Casa Zulmira Guilherme

ainda pode enviar algum Projeto em caráter extraordinário. Solicita que em consenso das bancadas, haja uma priorização das matérias que são de grandes importâncias para o município. Solicita também que vejam e se faça uma pauta verificando o que vai ser votado para que tenhamos tempo de conhecer a matéria, principalmente, a alteração do Código Tributário que está sendo elemento de discussão necessária para que não se vote matéria que deixem a população em dúvidas. Sobre a Prestação de Contas indagado por alguém, frisa que um Poder Legislativo considerando as suas bancadas independente de algum poder político não deve abrir mão da sua autonomia. Frisa que cada um tem direito de emitir o Parecer e proferir o voto de acordo a consciência de cada um. Solicita ao Sr. Presidente se possível que envie ofícios a todas a entidades sem fins lucrativos, para que estejam presentes no dia da votação da citada matéria. Frisa que está aqui na casa este Projeto e os interessados compareçam e peçam explicações e que seja visto a presença do comércio local. O vereador **JOEL JOSÉ** cumprimenta a todos, parabeniza a Ex-Prefeita Celina Brito pela Prestação de Contas aprovada. Frisa da dificuldade em governar um município, porém, durante seus oito anos à frente da Prefeitura honrou seus compromissos. Parabeniza a Secretaria competente por atender seu Requerimento o qual solicitou a limpeza nas margens do açude do Povoado Colônia. Solicita empenho ao Sr. Prefeito e à Secretaria competente, empenho na construção de calçamentos no referido Povoado e frisa que tem um Requerimento aprovado no dia 13 de janeiro de 2017. Solicita também que seja visto um Requerimento aprovado de sua autoria datado de 18/01/2017, onde requer um ponto de apoio do abastecimento de água do Povoado Colônia. O vereador **ANTÔNIO LIBERATO** cumprimenta a todos e agradece aos colegas vereadores pelo reconhecimento, aprovando a recomendação do Tribunal de Contas, da Ex-prefeita Celina Brito, exercício de 2014. Em seguida dirige a palavra ao vereador Magno quando o mesmo comparou a Prestação de Contas do Ex-Prefeito Florisval Protásio e que ela veio reprovada pelo Tribunal de Contas, recomendando que a Câmara reprovasse, onde na referida Prestação, entre tantos outros erros, existia Notas Fiscais de litros de pitu, wisk para a merenda da Creche Municipal e o nobre



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-20221214134340.pdf>
assinado por: idUser 83



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI
Casa Zylmíro Guilherme

Vereador Magno, votou contrário à recomendação do Tribunal de Contas. Essa que aprovamos hoje recomenda aprovarmos, isso quer dizer que foi aceita pelo Tribunal de Contas. Nessas ressalvas, seria pelo não recolhimento de impostos e documentos fora do prazo, isso quer dizer que são ressalvas que não trazem nenhum prejuízo ao município e, inclusive, não tem nada a devolver. Quando o Vereador diz que votar em Prestação de contas é um voto político, o colega provou quando votou naquela, acredito que ninguém mais capaz para julgar uma Prestação de Contas do município, do que o Tribunal de Contas. O vereador **ANTONIO JEFFETON** cumprimenta a todos e chama atenção de um caso que esqueceu de citar na reunião passada, no que se refere ao corte da energia elétrica do prédio da Estratégia Saúde da Família - ESF Nossa Senhora do Rosário, porque uma gestão que se diz tão organizada e competente, deixa atrasar as contas de energia a ponto de ser cortada em uma Unidade de Saúde e, com isso foi tido um prejuízo de todas as vacinas daquele posto e terão que ser devolvidas à V Regional de Saúde para que seja adquirida uma nova(s) quantidade de vacinas, gerando prejuízo à população. Solicita empenho à secretaria responsável no sentido de que tenha mais responsabilidade nesse sentido. Parabeniza pela brilhante atuação em terem julgado com consciência as contas da Prefeitura do exercício de 2014 e aproveita o ensejo (e) para dizer que não só é uma Prestação de Contas da Ex-Prefeita Celina Brito e sim também dos Secretários e vereadores da época e, inclusive, do vereador Magno que em 2014 estava no palanque da prefeita. O vereador **MAGNO FERNANDO** cumprimenta a todos e diz entender a crítica com relação à Prestação de Contas e que não lhe cabe essa crítica, até porque não foi contra à referida Prestação de Contas e está aqui para fazer as observações que entender necessárias. O fato de ter sido contra, não vai fechar seus olhos para o que está aqui e, inclusive, o Tribunal se apegou a vinte itens e pergunta a Antônio Liberato: Qual o prejuízo que o município tem numa Prestação de Contas que o Tribunal recomenda a reprovação? O Prefeito na época Florisval Protásio recorre e consegue comprovar que existiu um erro, onde alguém usou de má fé para lhe prejudicar e, conseqüentemente o Tribunal é contrário à recomendação e a



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-20221214134340.pdf>
assinado por: idUser 83



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPI
Casa Zylmíro Guilherme

Prestação de Contas vem para aprovação. Faz a leitura do Item III constante no Ofício TCE/DP/NAS/GEEC Nº. 0288/2017, de 01/06/2017 e frisa que defende a situação que está posta. Diz ser favorável à Prestação de Contas de Celina Tenório, porém fez suas observações necessárias. E não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente faz seus agradecimentos finais e declara encerrada a presente sessão às 11:17h, marcando a próxima Reunião Ordinária para o dia 24 de novembro do ano em curso, às 09h da manhã no mesmo local de costume. Do que para constar, eu, Paulo Henrique Dantas Barreto, Secretário "Ad' hoc", lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Jupi-PE, em 17 de novembro de 2017.



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-20221214134340.pdf>
assinado por: idUser 83

Lédson Lins de Oliveira
PRESIDENTE

Paulo César Cordeiro Vilela
VICE-PRESIDENTE

Antônio Pedro da Silva
SECRETÁRIO